

Hospital exige benefícios de segurados

8
Geralda Fernandes

Os proprietários de veículos têm direito a seguro para as despesas médicas e hospitalares quando vítima ou causador de acidente de trânsito, mas a maioria desconhece a existência desse benefício. Com vistas a receber o repasse do seguro obrigatório — que é pago junto com o IPVA — o Hospital de Base do Distrito Federal vai contratar uma firma para intermediar a operação entre segurado e a empresa seguradora. A estimativa do diretor, Mauro Guimaraens, é de conseguir recursos de cerca de Cr\$ 400 milhões com o atendimento médio mensal a 350 acidentados.

O edital de licitação deverá ser divulgado nos próximos dias, disse Mauro Guimaraens, acrescentando que a única unidade hospitalar do País a adotar o procedimento é o Hospital do Cajuru, em Curitiba. "Todo proprietário de automóvel, em dia com o seguro, tem direito a requerer o benefício para si ou para terceiros quando envolvido em acidente com vítima fatal, mas não sabe disso", informou. Segundo ele, as vítimas ou familiares serão orientadas no hospital a passar uma procuração à firma contratada. "De posse da procuração, dos documentos do carro, quitação do IPVA e testemunhas, a firma registrará queixa em delegacia policial, procedimento necessário para o recebimento do seguro", explicou.

"O paciente não vai pagar nada, mas o hospital vai receber", disse o diretor, complementando que os recursos arrecadados complementarão a verba repassada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) suficiente para atender à de-

manda do hospital, que recebe a maioria dos acidentados, principalmente os casos mais graves". Mauro Guimaraens informou que o teto do seguro está atualmente em torno de Cr\$ 1,2 milhão.

Será contratada a firma que solicitar o menor índice de participação dos recursos arrecadados — que o médico calcula entre 10% e 20%. No hospital, 50% do valor recebido será aplicado na aquisição de remédios e equipamentos e a outra metade irá complementar os salários dos profissionais, através de um pool, onde médicos, enfermeiros e auxiliares receberão por contagem de pontos dos itens de produtividade, qualidade do atendimento, assiduidade, atividades científicas e outros critérios a serem discutidos com a comunidade hospitalar, segundo a proposta da direção do HBDF, em análise no Departamento Jurídico da Secretaria de Saúde.

"Quem não tem seguro, também será beneficiado pelas melhores condições materiais e humanas do atendimento", disse Mauro Guimaraens, ressaltando ser esta uma forma de obtenção de recursos paralelos e participação da comunidade. "Por lei, 50% da arrecadação com o seguro obrigatório devem ser repassados pelas seguradoras ao SUS, mas não consegui comprovar se isto está sendo feito", disse. O valor do seguro é recolhido pela Federação Nacional de Seguradoras (Fenaseg). Por telefone, o diretor, que se identificou como Bianco, da sede no Rio de Janeiro, não quis passar informações, solicitando que as perguntas sejam enviadas por escrito que a resposta será dada da mesma forma.



Paulo Cabral

As festas juninas aumentam em 40% os casos de queimaduras